

FISCALIDADE ANGOLANA: RUMO AO FUTURO

Com uma economia cada vez mais dinâmica, reformar a tributação do consumo e da despesa tornou-se prioridade em Angola. A portuguesa FSO Consultores está a acompanhar o Governo de Luanda nesta tarefa

Aproximar o sistema tributário às novas realidades da economia e da sociedade angolanas é o objectivo da reforma fiscal em curso no país. O rápido desenvolvimento económico de Angola criou uma aceleração do comércio interno e externo, criando uma rede de trocas cada vez mais complexa. O Estado precisa agora de actualizar os seus instrumentos. “A escolha de um modelo adequado de tributação é uma condição necessária, embora não suficiente, para o sucesso de qualquer reforma fiscal”, explica Filomena Salgado Oliveira, sócia gerente da FSO Consultores. “O grande desafio que é colocado num processo deste tipo passa, em nosso entender, por conseguir adaptar o modelo escolhido às características sociais, económicas e políticas do país em causa”.

Para a FSO Consultores, que está a trabalhar com o Governo angolano neste processo, trata-se de uma reforma necessária. “Na qualidade de consultores fiscais de empresas que actuam em Angola há vários anos, estamos particularmente atentos às dificuldades sentidas pelo tecido empresarial em matérias tributárias”, aponta

Filomena Salgado Oliveira. “Nas nossas inúmeras deslocações a Angola, notamos um dinamismo empresarial crescente e uma sociedade civil que se transforma, ganhando maior poder de compra”. No entanto, apesar do aumento exponencial das importações e do consumo (incluindo de bens de luxo), o imposto sobre o consumo continua a pesar pouco no Orçamento Geral do Estado. “Parece-nos inevitável que as novas regras de incidência do imposto de consumo e do imposto do selo não deixem escapar a realidade actual de clara expansão económica e de aumento do poder de compra”, diz a consultora.

O conhecimento da realidade local é o segredo do sucesso do projecto. “A equipa da FSO Consultores mantém uma colaboração de longa data, na área da consultoria fiscal, com o Ministério das Finanças de Angola”, congratula-se Filomena Salgado Oliveira. O trabalho nesta reforma, explica, passa pelo “estudo de soluções legislativas que se adaptem à realidade socioeconómica do país e que, simultaneamente, sejam portadoras de modernidade técnica, maior transparência e maior justiça fiscal para o sistema tributário no seu todo”. Paralelamente, a consultora portuguesa já vinha colaborando no novo regime fis-



Filomena Oliveira, Cláudia Rodrigues e Filipa Barros
Foto: Victor Machado/OJE

cal das amortizações e provisões, inserido na revisão do Código do Imposto Industrial. O trabalho assenta numa cooperação directa com o Comité de Reforma Fiscal angolano e com associações empresariais chamadas a apreciar as propostas. Quando a reforma estiver em curso, caberá também à FSO formar os funcionários da Administração Pública responsáveis pela implementação do sistema.

MAIS EFICÁCIA

Os contornos da reforma ainda estão a ser desenhados, mas para já o diagnóstico é claro. “É comumente aceite que o sistema actual de tributação do consumo e da despesa tem uma base de incidência muito estreita para poder constituir um instrumento adequado a uma distribuição mais equitativa da riqueza gerada no país”, aponta a sócia gerente da FSO Consultores. “A mesma premência de actualização verifica-se ao nível da tributação directa do rendimento, atendendo à necessidade de adaptar o regime actual à grande variedade de operações que se praticam à escala de um mercado internacional, no qual Angola assume já um papel crucial”. A título de

“O grande desafio que é colocado num processo deste tipo passa, em nosso entender, por conseguir adaptar o modelo escolhido às características sociais, económicas e políticas do país em causa”

exemplo, nota, “o diploma que rege o actual Imposto do Selo data de 1945”. Mesmo o Regulamento do Imposto de Consumo, apesar de mais recente (foi aprovado em 1999), “é acusado de produzir uma tributação cumulativa e em cascata. Em resultado, o sistema apresenta-se pouco equitativo e pouco eficiente em termos de receita fiscal”, explica Filomena Salgado Oliveira. “Ora, é fundamental que o novo modelo de tributação se alicerce num princípio de equidade fiscal, ou seja, que a receita gerada corresponda à base real do consumo realizado em bens e serviços”. Além disso, regista, “as preocupações sociais também estão muito presentes, acautelando-se o desagravamento de alguns consumos básicos que se reflectem nos mais modestos orçamentos familiares”. Simplificar o sistema, agilizar procedimentos – recorrendo nomeadamente aos meios electrónicos – e reforçar a fiscalização e o combate à fraude e evasão fiscais são outras prioridades.

De resto, também o novo regime das amortizações e provisões, que se prevê possa entrar brevemente em vigor, vai rever as bases técnicas e os pressupostos que justificaram a actualização das taxas e limites que vigoraram até agora, “assegurando que as actuais circunstâncias e factos da vida económica, em geral, e das empresas, em particular, se encontram reflectidos nos novos diplomas legais”, conta Filomena Salgado Oliveira. É um trabalho que está a correr pelo melhor. “Sentimos confiança e optimismo em relação ao trabalho que temos vindo a realizar”, confessa a sócia gerente da FSO Consultores. “Temos consciência de que a reforma do sistema tributário representa um dos factores indispensáveis ao desenvolvimento económico do país, podendo contribuir decisivamente para o aumento e consolidação de projectos de investimento estrangeiro”.

A colaboração com as autoridades angolanas, nos vários Ministérios e serviços da Administração Pública, está a produzir boas soluções. “Tem-nos sido transmitida uma ideia de entusiasmo e concordância em relação à generalidade das soluções fiscais estudadas e propostas ao Ministério das Finanças”, saúda Filomena Salgado Oliveira. “O facto de não trabalharmos isoladamente, mas em conjunto com as estruturas locais, governamentais, civis e empresariais, permite-nos encontrar neste trabalho de equipa um elemento potenciador de consensos”. Mesmo em matérias delicadas, esse trabalho conjunto tem permitido delinear uma reforma pacífica e eficaz, mesmo quando inclui medidas geralmente impopulares como o alargamento da base tributável e a diminuição de isenções fiscais. É mais um sinal da maturidade de um sistema que, com a ajuda dos consultores da FSO, está a acompanhar o trajecto ascendente da economia angolana – rumo a um futuro mais risonho. ■